

AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 80.06.05

A política Econômica que o Governo vem seguindo desde meados de 1979, embora muito mais efetiva do que a anterior, está marcada por graves contradições. Nesse período o Sr. Antonio Delfim Neto assumiu o total controle da política econômica governamental, transformou-se no efetivo ministro da economia do país. Mas ao mesmo tempo em que se dedicara a um jogo político agressivo, que lhe permitiu ocupar todos os postos e se munir dos instrumentos necessários para o exercício do poder, ele também foi delineando as bases de uma política econômica cujos resultados ainda não podem ser avaliados, mas cujas principais características já podem ser identificadas. Estas características são o conservadorismo, o intervencionismo tecnoburocrático, a competência conjuntural e a falta de uma perspectiva de médio ou longo prazo.

O atual governo, aliás, como o anterior, definiu a inflação e o desequilíbrio externo como os dois problemas econômicos fundamentais do país. Esta é uma forma hábil de desviar a atenção de três outros problemas estruturais da economia brasileira: a concentração de renda, a dependência tecnológica e a crise energética. É também uma maneira de deixar para segundo plano um problema financeiro fundamental, além da inflação e do endividamento externo, embora obviamente com eles correlacionados, que é o desequilíbrio orçamentário do Estado. Para aliviarmos a política econômica do Governo, portanto, é óbvio que não podemos cair na armadilha de limitarmos nossa análise à política antiinflacionária e às tentativas de equilibrar nossa balança comercial ou de financiar nosso déficit previsto para 1980 no balanço de pagamentos.

O conservadorismo do Governo não necessita ser demonstrado. O Estado brasileiro está plenamente identificado com a acumulação capitalista. O êxito de sua política econômica não é medido pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, mas pela continuidade e

expansão da acumulação privada. Esta é a regra nas formações sociais em que a classe dominante é a burguesia. Desafiar essa regra, ainda que limitadamente, é sempre muito arriscado. Certamente não é o objetivo do Governo Figueiredo. Não há nenhuma política econômica de efetiva distribuição de renda neste país. Não há uma reforma tributária em marcha, não há uma reforma agrária em andamento. A política salarial, através da nova lei aprovada pelo Congresso, limitou-se a impedir que os salários percam poder aquisitivo, mas não implicou em nenhuma redistribuição de renda entre lucros e salários. Procurou, isto sim, reduzir o leque salarial. Em qualquer hipótese foi uma conquista dos trabalhadores, ainda que estes não lhe prestassem seu apoio, e constituiu-se em uma óbvia estratégia governamental de redução de tensão social.

O conservadorismo do governo, entretanto, não é um conservadorismo economicamente liberal, do tipo que prevaleceu entre 1974 e 1979, sob a égide do Ministro Mário Henrique Simonsen, mas um conservadorismo tecnoburocrático. E é, aliás, exatamente neste ponto que reside à superioridade da política econômica atual sobre a anterior. Delfin Neto adota uma política de claro ainda que limitado intervencionismo estatal, que é muito mais compatível com a realidade do capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático brasileiro do que a política econômica monetarista, neo-clássica, ortodoxa, economicamente liberal (são todos sinônimos) do seu antecessor.

A competência conjuntural da atual política econômica reside exatamente nesse ponto, especialmente no que diz respeito ao combate à inflação. Sem recusar os instrumentos de caráter monetário, que obviamente também são válidos, o Governo adota ao mesmo tempo instrumentos administrativos, tecnoburocráticos, de intervenção do Estado na determinação dos preços e portanto do lucro privado.

As medidas de política econômica fundamentais que o governo adotou até o momento foram orientadas no sentido de combater a inflação. A maxidesvalorização, embora possa ter também um efeito positivo sobre as exportações especialmente de manufaturados, visou principalmente reequilibrar em parte o orçamento financeiro do Estado, na medida em que eliminava subsídios e criava um novo imposto. Trata-se de uma política ortodoxa de combate à inflação na medida em que contribui para a redução dos meios de pagamentos ao retirar recursos que estavam fluindo para o mercado (a referida

eliminação dos subsídios à exportações e a criação do imposto de exportação) e os transfere para os cofres do Estado, até um certo ponto esterilizando-os.

Mas a política monetarista do Governo está longe de ser radical. As restrições de crédito, ainda que efetivas, são por enquanto moderadas. Não foi ainda provocada uma efetiva crise de liquidez. O Governo ainda não embarcou em uma política de recessão econômica, ficando por enquanto em um meio termo instável a desaceleração e a expansão. Suas declarações oficiais são sempre negando qualquer política recessiva. O fato de o orçamento monetário aprovado no início de março ter um caráter restricionista, limitando a 50% o aumento dos meios de pagamento (o que implicaria em uma inflação de 45% em 1980, admitidos 5% de aumento real do produto interno) obviamente não é significativo. Este limite não foi estabelecido para ser cumprido, mas para causar um “efeito psicológico” favorável. E de fato não apenas o crédito não foi fortemente afetado como também os investimentos públicos, ainda que melhor controlados, ao que tudo indica estão sendo mantidos em um nível satisfatório.

A manutenção do investimento público, aliás, é coerente com a recusa a uma política de recessão suicida. E torna-se coerente com a política global de combate a inflação na medida em que as medidas de política monetária e fiscal do Governo são completadas por medidas de controle administrativo de preços: preço das mercadorias, preço do dinheiro e preço da força de trabalho. Estas medidas apoiadas na criação e fortalecimento da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, no estabelecimento de um redutor para a taxa de juros, no tabelamento antecipado da correção monetária e na nova lei salarial, partem do pressuposto que a economia brasileira é não apenas fortemente oligopolizada, na medida em que poucas grandes empresas controlam a produção de cada um dos principais bens e serviços, mas também cartelizada, já que essas empresas estabelecem livremente acordos de preço. Neste quadro em que as empresas podem aumentar suas margens quando são ameaçadas por redução de vendas e capacidade ociosa, é claro que uma política recessiva é insuficiente ou extraordinariamente custosa em termos econômicos e sociais. Delfin Neto já diagnosticou a inflação em 1967 como sendo de caráter administrativo. Agora, ainda que as circunstâncias sejam diversas, a inflação

continua tendo um componente administrativo, e sua política econômica reconhece inteligentemente este fato.

Entretanto, uma política efetiva de administração de preços das mercadorias através do CIP e do preço do dinheiro através do tabelamento dos juros e da correção monetária é também uma política de controle dos lucros. No caso presente, será uma política que, se levada adiante, deverá ter como consequência baixar a taxa de lucro. Se estivéssemos em uma recessão, como ocorria no início de 1967, uma política de controle de preços não implicaria necessariamente em baixa da taxa de lucro. Pelo contrário esta poderia até aumentar se fosse combinada com o reativamento da economia. Mas este não é o caso atual. A economia continua razoavelmente aquecida, a taxa de lucros alta. Administrar preços significa baixar a taxa de lucros.

Neste quadro o intervencionismo tecnoburocrático do Governo torna-se essencial. É preciso baixar a taxa de lucros, sem outra compensação a não ser o velho argumento ao qual a burguesia muitas vezes é sensível de que é melhor irem-se os anéis e ficarem os dedos. Mas a baixa da taxa de lucro não pode ou não dever resultar em queda dos investimentos. Como a taxa de acumulação privada certamente baixará a única solução é manter e mesmo aumentar moderadamente o investimento público, apesar de todo o discurso anti-estatizante da burguesia.

Definem-se, assim, as duas contradições fundamentais em que está imersa a política econômica governamental. A primeira contradição está no fato de que embora se trate de um Governo conservador, a serviço da acumulação privada, o controle de preços e a consequente redução da taxa de lucros (já que não possível ao mesmo tempo aquecer a economia) é condição essencial para o combate à inflação. A segunda contradição deriva da primeira: reduzindo-se a taxa de lucro, a tendência será a redução da taxa de acumulação privada e a recessão econômica que implicará em redução ainda maior na taxa de lucro, além de graves problemas de desemprego; como esta alternativa é obviamente inaceitável não resta outra solução senão aumentar o investimento público, que se torna assim, mais uma vez, condição ou garantia da acumulação privada. Haveria naturalmente, uma válvula de escape para estes impasses, que seria a redução da taxa de salários, mas esta alternativa não é hoje nem política nem legalmente viável.

A política de combate à inflação do Governo, portanto, esta basicamente correta, embora marcada por profundas contradições. Já em relação ao gravíssimo problema do endividamento externo e do desequilíbrio da balança de pagamentos pouco foi até agora feito, a não ser a correta política de estímulo à agricultura. Já vimos que a má desvalorização terá efeitos reduzidos nesta área. Por outro lado previsões otimistas sobre o desempenho de nossas importações e exportações não resolverão dificuldades. Na verdade é preciso admitir que não existem soluções fáceis a curto prazo para resolver um problema de caráter não conjuntural mas estrutural como é o desequilíbrio externo.

Mas é exatamente neste ponto da ausência de uma perspectiva de longo prazo, estrutural, que encontramos a grande limitação da política econômica governamental, mesmo se analisada de um ponto de vista conservador e tecnoburocrático. O Ministro do Planejamento talvez aqui pagando tributo à sua formação originalmente neo-clássica, está entre aqueles que acreditam que o longo prazo é a somatória do curto prazo. Esta crença provavelmente ajuda a explicar a inexistência de uma política clara de longo prazo para a economia brasileira. Mas é certo que as contradições econômicas e sociais presentes na formação social brasileira, das quais a política econômica do governo é resultante, são as responsáveis fundamentais por essa falta de uma perspectiva de longo prazo. A política tecnológica continua engatinhando, condicionada por nossa dependência das empresas multinacionais. A política energética dá seus primeiros passos, mas ainda muito hesitante, porque temerosa de optar por uma participação estatal maior. O desequilíbrio externo não encontra solução seja porque não conseguimos substituir o petróleo, seja porque não adotamos uma clara política industrial orientada para a produção de bens de salário, com baixo coeficiente de importações.

Esta, aliás, é a solução a longo prazo mais importante para o desequilíbrio externo. Enquanto não deslocarmos a produção industrial dos bens de consumo de luxo para os bens de capital e para os bens de salário, ao mesmo tempo que continuamos a estimular exportações, não conseguiremos encaminhar o problema de desequilíbrio externo. Mas esta reorientação tem como condição essencial uma melhor redistribuição da renda, obviamente contraditória com a posição conservadora do Governo.

A política econômica governamental, ainda que conduzida com inegável inteligência, energia e habilidade pelo Ministro Delfin Neto, encontra-se portanto imersa em graves contradições, que, a rigor, só poderão ser resolvidas se a economia brasileira superar a crise em que se encontra e entrar em um novo ciclo de expansão. Para isto, entretanto, as leis do mercado ou as condicionantes dos interesses de classe parecem ainda serem mais importantes que a capacidade de intervenção do Estado. Esta já é grande, dado o caráter fortemente tecnoburocrático da formação social capitalista brasileira. Por isso a política econômica talvez pudesse contrabalançar ou neutralizar em parte o ciclo, se não fosse tão conjuntural e se não estivesse tão subordinada aos interesses da burguesia. Para isto, entretanto, seria necessário que o atual Governo possuísse uma autonomia relativa que efetivamente já não possui mais depois de cinco anos de crise. De fato, se não bastassem os problemas reais que enfrenta e as limitações e compromissos dos seus membros, é preciso ainda, considerar a crise de legitimidade política em que o Governo brasileiro se encontra imerso, a qual tende a imobilizá-lo ou a torná-lo ainda mais dependente dos interesses hoje confusos e contraditórios das classes dominantes.(05/06)